

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,  
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2015, da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("BEM DTVM"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Atua com alto nível de especialização na administração fiduciária de recursos de terceiros no segmento institucional. No período, possuía sob sua

gestão R\$ 147,9 bilhões, distribuídos em 1.038 Fundos de Investimento e 1 Carteira Administrada, atendendo um total de 38.137 cotistas.  
No semestre, a BEM DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 4,5 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 37,5 milhões e Ativos Totais de R\$ 41,1 milhões.

Osasco, SP, 29 de julho de 2015.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		PASSIVO	
	2015	2014	
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>	<b>41.045</b>	<b>32.058</b>	<b>CIRCULANTE</b>
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	48	54	3.577
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a)	36.705	27.947	3.577
Carteira Própria	36.705	27.947	43
OUTROS CRÉDITOS	4.292	4.057	36
Rendas a Receber (Nota 6a)	1.915	1.671	2.505
Diversos (Nota 6b)	2.377	2.386	1.029
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>16</b>	<b>24</b>	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>
OUTROS CRÉDITOS	16	24	OUTRAS OBRIGAÇÕES
Diversos (Nota 6b)	16	24	Diversas (Nota 9b)
<b>PERMANENTE</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 10)</b>
INVESTIMENTOS	1	1	37.485
Outros Investimentos (Nota 7)	1	1	28.614
<b>TOTAL</b>	<b>41.062</b>	<b>32.083</b>	<b>TOTAL</b>
			41.062

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil	
	2015
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>2.096</b>
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5c)	2.096
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>2.096</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>5.445</b>
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 11)	11.203
Outras Despesas Administrativas (Nota 12)	(3.994)
Despesas Tributárias (Nota 13)	(850)
Outras Receitas Operacionais (Nota 14)	23
Outras Despesas Operacionais (Nota 15)	(937)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>7.541</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>6.598</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 17a e b)</b>	<b>(3.018)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>4.523</b>
Número de cotas (Notas 10a e b)	18.000.000
Lucro por lote de mil cotas em R\$	251,28

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil	
	2015
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>	
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	7.541
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	7.541
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(2.641)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(56)
Aumento em Outras Obrigações	131
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(4.310)
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>	<b>34</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>	
Dividendos Pagos	(78)
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(78)
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(44)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	92
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	48
<b>Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(44)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
<b>Saldos em 31.12.2013</b>	<b>13.700</b>	<b>655</b>	<b>14.968</b>	-	<b>29.323</b>
Dividendos Declarados	-	-	(4.500)	-	(4.500)
Lucro Líquido	-	-	-	3.827	3.827
Destinações: - Reservas	-	191	3.600	(3.791)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(36)	(36)
<b>Saldos em 30.6.2014</b>	<b>13.700</b>	<b>846</b>	<b>14.068</b>	-	<b>28.614</b>
<b>Saldos em 31.12.2014</b>	<b>13.700</b>	<b>1.068</b>	<b>18.237</b>	-	<b>33.005</b>
Aumento de Capital com Reserva	4.300	-	(4.300)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	4.523	4.523
Destinações: - Reservas	-	226	4.254	(4.480)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(43)	(43)
<b>Saldos em 30.6.2015</b>	<b>18.000</b>	<b>1.294</b>	<b>18.191</b>	-	<b>37.485</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil				
Descrição	2015	%	2014	
				%
<b>1 - RECEITAS</b>	<b>12.385</b>	<b>147,6</b>	<b>11.147</b>	<b>146,9</b>
1.1) Intermidação Financeira	2.096	25,0	1.517	20,0
1.2) Prestação de Serviços	11.203	133,5	11.033	145,4
1.3) Outras	(914)	(10,9)	(1.403)	(18,5)
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(3.994)</b>	<b>(47,6)</b>	<b>(3.558)</b>	<b>(46,9)</b>
Serviços de Terceiros	(3.747)	(44,6)	(3.421)	(45,1)
Serviços Técnicos Especializados	(164)	(2,0)	(32)	(0,4)
Publicação	(61)	(0,7)	(88)	(1,2)
Serviços do Sistema Financeiro	(7)	(0,1)	(7)	(0,1)
Outros	(15)	(0,2)	(10)	(0,1)
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>8.391</b>	<b>100,0</b>	<b>7.589</b>	<b>100,0</b>
<b>4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>8.391</b>	<b>100,0</b>	<b>7.589</b>	<b>100,0</b>
<b>5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>8.391</b>	<b>100,0</b>	<b>7.589</b>	<b>100,0</b>
5.1) Impostos, Taxas e Contribuições	3.868	46,1	3.762	49,6
Federal	3.644	43,4	3.542	46,7
Municipal	224	2,7	220	2,9
5.2) Remuneração de Capitais Próprios	4.523	53,9	3.827	50,4
Dividendos	43	0,5	36	0,4
Lucro Retido	4.480	53,4	3.791	50,0

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**1) CONTEXTO OPERACIONAL**  
A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("BEM DTVM" ou "Instituição") é uma Instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

**2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de julho de 2015.

**3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**  
**a) Moeda funcional e de apresentação**  
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.  
**b) Apuração do resultado**  
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

**c) Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda.  
**d) Títulos e valores mobiliários - classificação**  
• Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;  
• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possuía em 30 de junho de 2015 Títulos disponíveis para venda; e  
• Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possuía em 30 de junho de 2015 Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.  
**e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)**  
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.  
Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.  
As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

**f) Investimentos**  
Os investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.  
**g) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)**  
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.  
Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

**h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:  
• Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;  
• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e  
• Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

**i) Outros ativos e passivos**  
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).  
**j) Eventos subsequentes**  
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.  
São compostos por:  
• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e  
• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

**4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**  
A Instituição possui disponibilidades em moeda nacional no montante de R\$ 48 mil (2014 - R\$ 54 mil).  
**5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**  
**a) Composição da carteira distribuída pelas rubricas de publicação**

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
<b>Títulos (1)</b>		
Carteira própria		
Cotas de fundos de investimentos	18.553	3.112
<b>Total em 2015</b>	<b>18.553</b>	<b>3.112</b>
<b>Total em 2014</b>	<b>6.477</b>	<b>4.667</b>
<b>b) Classificação por categorias e prazos</b>		
	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo/ atualizado a mercado
	1 a 30 dias	31 a 180 dias
	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
	36.705	36.705
	36.705	36.705
	-	27.947
	-	27.947

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimentos são efetuadas em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco e foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;  
(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e  
(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

**c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários**  
Resultado de rendas de aplicações em fundos de investimento no montante de R\$ 2.096 mil (2014 - R\$ 1.517 mil).  
A BEM DTVM não operou com instrumentos financeiros de derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014.  
**6) OUTROS CRÉDITOS**  
**a) Rendas a receber**  
Referem-se a recibos prestados - taxa de administração de fundos no montante de R\$ 1.915 mil (2014 - R\$ 1.671 mil).  
**b) Diversos**

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Impostos e contribuições a compensar	2.362	2.373
Crédito tributário (Notas 17c e d)	24	34
Devedores por depósitos em garantia	7	-
Devedores diversos	-	3
<b>Total</b>	<b>2.393</b>	<b>2.410</b>

**7) INVESTIMENTOS**  
O investimento de R\$ 1 mil (2014 - R\$ 1 mil), refere-se a título patrimonial da CETIP Educacional.  
**8) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**  
**a) Ativos contingentes**  
Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.  
**b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e possíveis**  
A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como a "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetuada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.  
c) Em 30 de junho de 2015 e de 2014, não há processos contingentes avaliados como de perda provável e possível de natureza relevante.  
**9) OUTRAS OBRIGAÇÕES**  
**a) Fiscais e previdenciárias**

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	2.362	2.152
Impostos e contribuições a recolher	143	125
Provisão para impostos e contribuições diferidos	-	3
<b>Total</b>	<b>2.505</b>	<b>2.280</b>

**b) Diversas**

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Provisão para pagamentos a efetuar	796	744
Credores diversos no país	23	409
<b>Total</b>	<b>1.029</b>	<b>1.153</b>

**10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**a) Capital social**  
O capital social, no montante de R\$ 18.000 mil (2014 - R\$ 13.700 mil), totalmente subscritos e integralizados, é composto por 18.000.000 (2014 - 13.700.000) cotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.  
**b) Movimentação do capital social**

	Quantidade de cotas	R\$ mil
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>13.700.000</b>	<b>13.700</b>
Aumento de capital com reservas (1)	4.300.000	4.300
<b>Em 30 de junho de 2015</b>	<b>18.000.000</b>	<b>18.000</b>
<b>Em 30 de junho de 2014</b>	<b>13.700.000</b>	<b>13.700</b>

(1) Em 29 de maio de 2015, o BACEN homologou o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social de 30 de abril de 2015, que deliberou o aumento do capital social, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutária" no montante de R\$ 4.300 mil, com a criação de 4.300.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada, atribuindo-as ao Sócio Cotista Banco Bradesco BBI S.A., com a concordância do Sócio Cotista Banco Bradesco S.A.  
**c) Reservas de lucros**

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
<b>Reservas de lucros</b>	<b>19.485</b>	<b>14.914</b>
- Reserva legal (1)	1.294	846
- Reserva estatutária (2)	18.191	14.068

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e  
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado.

**d) Dividendos e juros sobre o capital próprio**  
Aos Sócios Cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Reservas de Lucros Existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, em adição aos mesmos.  
O cálculo dos dividendos relativos aos semestres findos em 30 de junho está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2015	2014
<b>Lucro líquido</b>	<b>4.523</b>	<b>3.827</b>
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(226)	(191)
<b>Base de cálculo</b>	<b>4.297</b>	<b>3.636</b>
Dividendos propostos	43	36
<b>Percentual em relação ao lucro líquido ajustado</b>	<b>1,0%</b>	<b>1,0%</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
**17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**
**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b> .....	<b>7.541</b>	<b>6.598</b>
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente.....	(3.016)	(2.639)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(13)	(140)
<b>Efeito no cálculo dos tributos:</b>		
Outros valores.....	11	8
<b>Imposto de renda e contribuição social do semestre</b> .....	<b>(3.018)</b>	<b>(2.771)</b>

**b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social**

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
<b>Impostos correntes</b>		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(3.007)	(2.768)
<b>Impostos diferidos</b>		
Contribuição/(realização) no semestre sobre adições temporárias.....	(11)	(3)
<b>Imposto de renda e contribuição social do semestre</b> .....	<b>(3.018)</b>	<b>(2.771)</b>

**c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos**

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2014	Constituição	Realização	Saldo em 30.6.2015
Outras provisões.....	35	24	35	24
<b>Total dos créditos tributários (Nota 6b)</b> .....	<b>35</b>	<b>24</b>	<b>35</b>	<b>24</b>
<b>Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas</b> .....	<b>35</b>	<b>24</b>	<b>35</b>	<b>24</b>

**d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias**

	Em 30 de junho de 2015 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2015.....	1	1	2
2016.....	5	3	8
2017.....	5	3	8
2018.....	2	2	4
2019 (1º semestre).....	1	1	2
<b>Total (Nota 6b)</b> .....	<b>14</b>	<b>10</b>	<b>24</b>

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 22 mil (2014 - R\$ 32 mil). Todos os créditos tributários da BEM DTVM foram devidamente ativados.

**18) OUTRAS INFORMAÇÕES**
**a) Gerenciamento de riscos**

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

Aos Administradores da

**BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,

A BEM DTVM, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) A BEM administra fundos de investimentos em Títulos e Valores Mobiliários, cujos patrimônios líquidos em 30 de junho de 2015, somaram R\$ 147.932.713 mil (2014 - R\$ 141.365.218 mil), cuja receita de taxa de administração desses fundos no semestre somou de R\$ 11.203 mil (2014 - R\$ 11.033 mil), registrado em receita de prestação de serviços.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - produzirá efeito a partir de 1º de janeiro de 2016).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515/14 e 1.520/14. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas Demonstrações Contábeis.

Em 1º de janeiro de 2015, para os não optantes, a Lei nº 12.973/2014 entrou em vigor, encerrando o período do Regime Tributário de Transição (RTT) e entrando em vigor um novo regime de tributação no Brasil. Dentre outros assuntos, a referida Lei revogou o RTT, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis, introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais e alterou a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

e) Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de setembro de 2015. A Instituição aguardará a conversão da MP 675/15 em Lei para uma análise mais profunda e conclusiva, uma vez que possíveis emendas à MP podem ser propostas pelo Congresso Nacional.

f) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2015.

**A DIRETORIA**

Luiz Filipe Lopes Soares – Contador – CRC 1SP208127/O-5

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Outros assuntos**
**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre findo em 30 de junho de 2015, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 29 de julho de 2015



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F SP

Rodrigo de Mattos Lia  
Contador CRC 1SP252418/O-3